

IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

IMPORTANCE OF THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT FOR SCHOOL INCLUSION

Angélica Maria Teodoro Cunha¹
<https://orcid.org/0000-0002-3337-0986>

Aletéia Cristina Bergamin¹
<https://orcid.org/0000-0001-5076-8841>

Denise Rocha Belfort Arantes-Brero¹
<https://orcid.org/0000-0001-9282-6755>

Raissa Viviani Silva¹
<https://orcid.org/0000-0003-0286-5190>

Victor Alexandre Barreto da Cunha¹
<https://orcid.org/0000-0002-9588-5360>

Eliana Marques Zanata¹
<https://orcid.org/0000-0001-9877-7691>

Resumo:

Este artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida numa parceria entre uma universidade pública e o Ministério Público. A entrada de alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE) na escola representou a necessidade de mudanças que pudessem acolher as diferenças. Este trabalho objetivou analisar se o Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas contempla o atendimento dos alunos público-alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva. Foi realizada uma análise documental dos PPP de cinco escolas selecionadas aleatoriamente. Os dados foram coletados por meio de um roteiro e demonstram que as escolas não descrevem as estratégias e recursos necessários à plena inclusão escolar. Conclui-se que os PPP não contemplam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos PAEE nem refletem o preconizado pela legislação vigente.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Projeto Político

¹Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Bauru/SP.

Abstract:

This article results from a research developed in a partnership between a public university and the Public Prosecutors Office. The entrance of Target Audience of Special Education (TASE) students at the school showed the need for changes that could accommodate the differences. This work aimed to analyze if the Political Pedagogical Projects (PPP) of the schools contemplates the attendance of the target public students of special education in an inclusive perspective. A documentary analysis of the PPPs of five randomly selected schools was carried out. The data were collected through a road map and demonstrate that schools do not describe the strategies and resources needed for full school inclusion. It is concluded that the PPP do not contemplate the specialized educational assistance (SEA) for the TASE students nor do they reflect the one recommended by the current legislation.

Keywords: Special education. Specialized Educational Assistance. Political Pedagogic Project.

INTRODUÇÃO

Os resultados de pesquisa, ora apresentados, fazem parte do estudo: Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE) em escolas públicas da Comarca de Bauru desenvolvido numa parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru e o Ministério Público, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Este estudo foi desencadeado pela reclamação constante de pais de alunos, incluídos como público-alvo da Educação Especial, não estarem recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas.

Em sua proposta mais ampla, a pesquisa objetiva avaliar a qualidade do ensino público voltado para o público-alvo da educação especial das redes estadual e municipal de ensino da Comarca de Bauru, buscando responder às seguintes questões:

- 1) Os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP das escolas contemplam a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008)?
- 2) As escolas regulamentaram em seus documentos o atendimento pedagógico especializado previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), atualizada em 2013?
- 3) Existe, nestas escolas, toda a documentação prevista nas normativas estaduais e municipais dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE)?

Esta pesquisa conduz a uma profunda reflexão sobre a escola contemporânea e sua função na sociedade atual, sendo que a legislação brasileira, desde a promulgação de sua Constituição (Brasil, 1988), aponta para diversas mudanças. No entanto, na prática, ainda é preciso identificar quais são as amarras que impedem a concretização de uma gestão democrática e de uma educação inclusiva, visando otimizar o cumprimento das políticas públicas propostas.

A entrada de alunos PAEE na escola representou um desafio, pois passou a ser necessário promover mudanças que pudessem acolher as diferenças de todos. Dessa forma, tornou-se necessário repensar sua função social (PADILHA, 2009), tendo em vista que, em uma perspectiva inclusiva, a escola precisa se modificar para receber estes alunos com qualidade garantindo acesso, participação e aprendizagem.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando for necessário, que tem como finalidade “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, s/p).

Este atendimento deve perpassar todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e ser institucionalizado pelo PPP da escola, que precisa oferecer “espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos” (Brasil, 2009, s/p).

O resultado dessa política pública de inclusão escolar no país, sempre em diálogo e confronto com os movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento do direito à diversidade, tem sido objeto de investigação de vários estudiosos (MATOS; MENDES, 2014, p.42).

Oliveira (2014) considera que é por meio do Projeto Político Pedagógico que as intenções da escola são assumidas como compromisso político e pedagógico. E, neste contexto, considerando como cenário ideal a equidade, a construção de uma escola inclusiva encontra sustentação nos princípios democráticos, os quais têm como pilares o respeito às diferenças e a participação de toda a comunidade escolar.

Partindo desta perspectiva, Drago (2011) aponta que:

Ao se ressignificar a comunidade educacional macro e micro, os espaços, os tempos, os profissionais da escola, a sala de aula e sua organização, a gestão da educação, os princípios avaliativos, o acesso e a permanência do aluno, a ação docente, as propostas curriculares, dentre outros fatores que precisam ser presentificados no documento da escola, no caso o PPP, pode-se vislumbrar possibilidades de implementação de princípios inclusivos que contribuirão para que o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação se aproprie dos conhecimentos de acordo com suas potencialidades e particularidades. (DRAGO, 2011, p. 7).

De acordo com Souza (2009), o PPP é um instrumento elaborado e utilizado pela escola, que tem como finalidade estabelecer metas, objetivos e estratégias metodológicas, recursos humanos e formas de avaliação. Recebe diferentes nomenclaturas, dentre elas: Plano de Gestão Escolar, Plano de Desenvolvimento, Projeto Educacional, Proposta Pedagógica etc., sendo que cada termo utilizado reflete as diferenças quanto aos aspectos técnicos, filosóficos, pedagógicos e operacionais traçadas neste documento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (Brasil, 1996) incumbe aos sistemas de ensino, a partir de uma gestão democrática, a participação de toda a comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, além de assegurar a autonomia da escola para sua construção, levando em consideração os aspectos socioeconômicos de seu entorno e zelando pela aprendizagem dos alunos.

No entanto, há que se considerar que o PPP não pode ser visto apenas como um documento formal a ser encaminhado às autoridades, mas como um instrumento, cuja função seria promover reflexão, movimento e uma nova postura da escola rumo à uma educação inclusiva que preconize a aprendizagem de todos (VEIGA, 1995; SOUZA, 2009).

Veiga (1995) esclarece que o Projeto é Político, na medida em que a escola se configura como um espaço de formação de alunos responsáveis e críticos e suas determinações refletem o tipo de cidadão que ela quer formar; e pedagógico, na medida em que define e organiza estratégias e ações educacionais necessárias para o cumprimento de seus propósitos e intencionalidades.

Sendo assim, este trabalho objetivou analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas contempla o atendimento educacional dos alunos público-alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

MÉTODO

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da UNESP Bauru, sob o número 1.817.954, tendo sido obedecidas todas as orientações éticas contidas na Resolução CONEP nº 466/2012.

Constitui-se como uma pesquisa de análise documental, contando com a participação de 73 escolas (57 estaduais e 16 municipais) da Comarca de Bauru e adjacências (Arealva e Avaí) e mais a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), dividida entre polos e classes. Assim, a amostra para realização deste estudo piloto, que norteará a análise completa das demais escolas, foi composta por cinco PPP, de cinco escolas estaduais e municipais da Comarca de Bauru/SP, selecionados de forma aleatória.

As escolas analisadas possuem um total de 1.576 alunos matriculados, conforme Quadro 1, sendo que destes, 42 fazem parte do público-alvo da educação especial, de acordo com dados fornecidos pela Diretoria Regional de Ensino de Bauru. Vale ressaltar que duas escolas (3 e 4) não possuem tais alunos matriculados.

Quadro 1 – Caracterização da amostra

ESCOLA	TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS PAEE
1	386	14	8
2	160	11	4
3	96	8	0
4	519	25	0
5	415	21	30

Fonte: Diretoria Regional de Ensino Região de Bauru

Para a coleta de dados, foi utilizado um Roteiro de Análise do PPP, elaborado por Oliveira (2016) e adaptado por Zanata (2017).

Este instrumento busca verificar os aspectos descritos no Quadro 2:

Quadro 2– Síntese do roteiro de análise do PPP

1 - Filosofia da Escola	Dados sobre a filosofia da escola em relação à gestão democrática, em uma perspectiva inclusiva quanto à sua finalidade e objetivos administrativos.
2 - Estrutura da Escola	Estrutura física quanto às instalações, biblioteca, sala de aula, laboratórios, área esportiva ou de recreação, banheiros etc., em relação aos aspectos favoráveis e desfavoráveis à acessibilidade integral dos estudantes na escola; total de estudantes matriculados e tipos de estudantes PAEE por ano escolar.
3 - Funcionamento da Escola	Dados sobre a comunidade escolar orientam para a descrição das características familiares dos estudantes PAEE; descrição de formas de participação da família do PAEE; descrição de formas de participação dos servidores em relação ao estudante PAEE; descrição de formas de participação dos estudantes PAEE; condições de trabalho (descrição das ações de valorização empreendidas pela escola); especificação do tipo de Apoio Pedagógico Especializado.
4 - Metas da Escola	Metas e ações da escola em direção à gestão democrática e à cultura inclusiva.
5 - Ação Pedagógica	Análise do contexto de aprendizagem com foco nos estudantes PAEE que leva em consideração: aspectos facilitadores e críticos quanto à sala de aula, recursos de ensino aprendizagem e estratégias metodológicas.
6 - Proposta Curricular	Matriz curricular e critérios de avaliação.
7 - Estudante PAEE	Descrição das adequações para os estudantes PAEE.
8 - Análise Global	Análise crítica sobre as propostas do PPP.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste estudo, os itens 1, 2, 3 e 4 foram analisados, com o objetivo de responder à questão “Há presença de propostas inclusivas voltadas para o público-alvo da Educação Especial no PPP?”, sendo que as respostas foram organizadas por incidência.

Os itens 5, 6, 7 e 8 dos PPP das escolas escolhidas foram analisados de modo qualitativo. Para tanto, foi realizada uma leitura atenta do conteúdo dos documentos, sendo extraídos os aspectos considerados mais significativos pelos pesquisadores. O critério de seleção destes itens se deu pelo fato de que:

- a) A ação pedagógica reflete o compromisso docente e a relação com o PPP na prática, sendo a essência para observar o quanto ela é democrática e inclusiva.
- b) Ao considerar a proposta curricular como um dos itens do estudo, buscou-se entender qual a concepção de currículo da escola, se apenas adota as propostas curriculares impostas pela rede da qual faz parte ou se dialoga também com a realidade na qual está inserida.
- c) Quanto ao item do estudante PAEE, reflete, por sua vez, a concepção que a escola tem de educação inclusiva e se há adequações necessárias.
- d) E, por último, percebeu-se a importância do olhar crítico para cada PPP, não apenas para identificar suas qualidades e fragilidades, mas com a intenção de conhecê-las e proporcionar reflexão.

Para Vasconcellos (2002), a prática tem relação com um contexto maior e, visando analisar a práxis, é possível compreender a consciência dos indivíduos envolvidos, ou seja, se é transformadora ou não, qual a intencionalidade em cada ação proposta em cada PPP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este estudo, foram selecionados os itens do Roteiro de Análise do PPP (Oliveira, 2016 adaptado por Zanata, 2017). Os dados coletados seguem apresentados e discutidos, a seguir.

Em relação aos quatro primeiros itens, os dados coletados encontram-se sintetizados no Quadro 3.

Quadro 3– Perfil das escolas pesquisadas quanto ao atendimento ao PAEE

ITEM	Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
1 - Filosofia da Escola	Escola não ofereceu informações	Escola não ofereceu informações	O PPP traz objetivos sobre gestão democrática, assim como discorre sobre as características de uma escola inclusiva, demonstrando a importância de promover estes dois conceitos.	Tem olhar para o público PAEE, respeitando e valorizando suas diversidades.	Cita a Deliberação CEE nº 68/07. Apresenta indícios de gestão democrática e Educação Inclusiva, entretanto, aparecem de forma confusa, com repetições em diferentes trechos do PPP.
2 - Estrutura da Escola	Escola não ofereceu informações	Cita, apenas, a rampa de acesso existente na escola	Falta de acessibilidade arquitetônica.	Estrutura favorável aos estudantes e comunidade.	Escola não ofereceu informações
3- Funcionamento da Escola	Escola não ofereceu informações	Escola não ofereceu informações	A escola sinaliza a falta de recursos relacionados à inclusão, de modo geral, e prevê mudanças neste sentido.	Escola não ofereceu informações	Escola não ofereceu informações
4 - Metas da Escola	Escola não ofereceu informações	Escola não ofereceu informações	O PPP projeta mudanças a serem realizadas em relação à Educação Especial e aponta o investimento na estrutura física	Escola não ofereceu informações	Escola não ofereceu informações

da escola, bem como na formação continuada dos professores.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar esses dados, é possível notar que nenhuma das escolas aponta no PPP o número de alunos PAEE e somente uma delas menciona como meta o investimento na estrutura física da escola e na formação continuada dos professores.

A Escola 1 não ofereceu informações sobre os itens analisados, a Escola 2 mencionou apenas a existência de rampas de acesso a alunos cadeirantes ou com mobilidade reduzida e a Escola 3 discorre sobre as características de uma escola inclusiva e a importância da gestão democrática para que isso ocorra, aponta falta de acessibilidade arquitetônica, mas ressalta a importância de investir na estrutura física da escola e na formação continuada de professores.

A Escola 4 menciona um olhar para os alunos PAEE e afirma ter uma estrutura favorável aos estudantes e comunidade e a Escola 5 apenas cita, de modo confuso, a legislação estadual vigente, especialmente a Deliberação do CEE nº 68/2007.

Estes dados preliminares já trazem indícios de que existem poucos apontamentos referentes à inclusão escolar nos PPP das escolas estudadas. No entanto, conforme aponta Drago (2011), é preciso considerar que os alunos PAEE fazem parte do contexto escolar e a proposta pedagógica precisa contemplar ações inclusivas eficientes para esses estudantes.

Em relação aos itens 5 a 8, a ação pedagógica, considerando o contexto de aprendizagem com foco nos estudantes PAEE; a proposta curricular e as necessidades de adequações para o acesso ao currículo dos estudantes da educação especial; as adequações e sua relação com as necessidades dos estudantes PAEE e, por último, a análise crítica sobre as propostas do PPP de cada escola foi realizada pelos pesquisadores responsáveis pela análise dos documentos.

Os resultados apresentados em relação ao item 5 estão sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4– Presença da Proposta Pedagógica e atenção ao PAEE

ESCOLA	ACHADOS DOCUMENTAIS
1	Escola não ofereceu informações.
2	Aborda a ação pedagógica, afirmando foco no PAEE no contexto da aprendizagem, entretanto, ao buscar informações sobre a sala de aula, o PPP não traz nenhuma descrição sobre os aspectos facilitadores ou críticos neste processo. Quanto aos recursos de ensino e aprendizagem, são apontados como aspectos facilitadores: salas de leitura, acervo literário e materiais didático-pedagógicos. Sobre os aspectos a serem modificados, o documento descreve a ampliação da sala de leitura e a recreação. O PPP não contempla ações voltadas para adaptações, acomodações e modificações direcionadas ao PAEE.
3	Aponta como aspectos positivos o desenvolvimento de projetos e aulas práticas ou externas à escola e como crítica a não previsão de envolvimento da professora da classe comum com a professora da Educação Especial. Quanto aos recursos de ensino e aprendizagem, nota-se a existência de acervo de materiais pedagógicos, TV, computadores, mas não há descrição de salas

	multifuncionais. O documento ainda destaca a formação continuada de toda a equipe escolar e a avaliação contínua como pontos facilitadores, no entanto, não descreve práticas possíveis para alunos PAEE. Apesar de ser citada, ao longo no texto, a preocupação com a inclusão escolar, não há descrição sobre os procedimentos adotados para que ela ocorra.
4	O documento relaciona a ação pedagógica à sala de aula, mas não há menção sobre possibilidades ou planos de aula adaptados para os alunos PAEE.
5	Afirma que a escola tem professores comprometidos, contudo, apenas menciona a existência da Sala de Recursos, sem descrever os recursos e as estratégias metodológicas adotadas para a inclusão escolar dos alunos PAEE na classe comum.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo geral, é possível constatar que as escolas, apesar de preverem o atendimento aos alunos PAEE, não descrevem as estratégias pedagógicas, os materiais e os recursos necessários à plena inclusão deles, no contexto escolar, corroborando os achados de Padilha (2009). Este dado leva a crer que, no campo do discurso, a ideia de inclusão vem sendo incorporada, mas este conceito ainda não é representado por meio de ações práticas, no cotidiano de nossas escolas.

Outro aspecto que merece destaque, refere-se à afirmação da Escola 3, que considera como ponto negativo “a não previsão de envolvimento da professora da classe comum com a professora da Educação Especial”, no entanto, em âmbito federal, a Resolução nº 4/2009, afirma que a elaboração do plano de AEE deve ocorrer prevendo a articulação entre o professor especializado e o do ensino comum e com a participação da família, sendo uma das funções do professor especializado:

[...] estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, s/p).

Além disso, em âmbito estadual, a Resolução SE nº 61/2014 aponta como funções do professor especializado:

[...] oferecer apoio técnico-pedagógico ao professor da classe/aulas do ensino regular, indicando os recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como estratégias metodológicas; [...] participar das demais atividades pedagógicas programadas pela escola (SÃO PAULO, 2014, s/p).

De acordo com Prieto et al (2014), é preciso que os profissionais da escola compreendam seu papel diante dos estudantes PAEE, dessa forma, poderão prestar um atendimento de qualidade, beneficiando o processo de ensino e aprendizagem destes alunos e garantindo sua plena inclusão.

Além disso, é preciso ter cuidado para não transformar o AEE em um veículo de exclusão social tendo em vista que o trabalho do professor do ensino comum deve estar articulado com as ações do professor especializado, de modo a garantir um planejamento conjunto (CONDE; VICTOR, 2013).

O item 6, versando sobre a proposta curricular e as necessidades de adequações para o acesso ao currículo dos estudantes da educação especial, conta com as respostas compiladas no Quadro 5.

Quadro 5– Proposta Curricular e Adequações

ESCOLA	ACHADOS DOCUMENTAIS
1	Não ofereceu informações.
2	O PPP menciona na matriz curricular as disciplinas básicas oferecidas, mas não apresenta adequações para o PAEE. Quanto aos critérios de avaliação, o método adotado é o da prova escrita e sem descrição de adequações para o PAEE.
3	Apresenta as disciplinas da grade curricular e afirma que a programação poderá sofrer modificações em sua execução, atendendo às adequações didático-pedagógicas necessárias, porém não descreve, com mais detalhes, quais seriam realizadas para os alunos público-alvo da educação especial. No critério de avaliação, não há diferenças ou adequações previstas. A escola demonstra preocupação com adaptações curriculares, de acordo com as demandas dos alunos, porém, não descreve como elas podem ocorrer. O PPP apresenta descrição do PAEE citando apenas “pessoas com deficiência”, não pontuando os demais alunos público-alvo da Educação Especial.
4	Não ofereceu informações.
5	O documento menciona que segue a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, inclusive em relação à avaliação, mas não descreve as adequações para estudantes PAEE.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste tópico, duas escolas não oferecem informações e outras duas mencionam a grade curricular e a proposta pedagógica. Somente uma refere que a programação poderá sofrer modificações em sua execução atendendo às adequações didático-pedagógicas necessárias, no entanto, não há detalhamento sobre como isso ocorreria.

De acordo com a literatura, as adaptações curriculares consistem de um conjunto de intervenções realizadas de modo espontâneo ou intencional, a fim de tornar o currículo apropriado, dinâmico, alterável, dando respostas às dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1999).

Estas intervenções podem contemplar os objetivos, os conteúdos, as estratégias metodológicas, temporalidade/organização e/ou a avaliação, sendo necessárias para tornar o currículo regular apropriado às necessidades dos alunos. É importante salientar que não se trata de um novo currículo para o aluno PAEE, mas um currículo dinâmico, alterável e passível de ampliação.

Outro recurso fundamental são as adaptações de acesso ao currículo, que se constituem em alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação, que venham facilitar aos alunos desenvolver o currículo escolar, tais como: acessibilidade, mobiliário específico, adaptação de materiais (Braille) e comunicação alternativa, dentre outros (BRASIL, 1999). A oferta destes recursos e serviços se faz imprescindível quando pensamos em uma escola acessível e inclusiva.

Outro dado relevante refere-se à noção de que apenas alunos com deficiência fazem parte dos PAEE, assim como apontado pela Escola 3. De acordo com a legislação vigente, o público-alvo da educação especial são os alunos com deficiência, como Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e os com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) (BRASIL, 1996; 2008; 2009).

As adequações e sua relação com as necessidades dos estudantes PAEE estão contempladas no item 7, cujos resultados encontram-se no Quadro 6.

Quadro 6– As adequações e as necessidades do PAEE

ESCOLA	ACHADOS DOCUMENTAIS
1	A inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais é um trabalho desenvolvido em todas as disciplinas e projetos da escola, levando todos os alunos a refletir sobre as diferenças físicas, intelectuais, culturais, sociais, econômicas e altas habilidades. Neste sentido, acredita que há a integração e a socialização de alunos inseridos no Ensino Regular por meio da Inclusão.
2	Não apresentam nenhuma informação, pois não constam itens básicos como: quantidade de alunos matriculados, bem como as adequações necessárias e a ação pedagógica individual.
3	Não ofereceu informações.
4	Não ofereceu informações.
5	Não ofereceu informações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Das cinco escolas pesquisadas, somente uma busca refletir sobre as diferenças físicas, intelectuais, sociais e econômicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no entanto, os PPP não trazem dados acerca da quantidade de alunos matriculados, bem como as ações implementadas pelas escolas para garantir uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva para os alunos PAEE. Vale destacar que as escolas 3, 4 e 5 não fazem menção ao tema em seus documentos.

Nascimento (2015) afirma que são necessárias mudanças profundas nos sistemas educacionais para que possam ter uma educação especial na perspectiva inclusiva e que não basta apenas garantir o acesso destes alunos por meio da matrícula, mas também a permanência e a aprendizagem deles, por meio de mudanças na organização escolar atual.

Prieto *et al* (2014) apontam para a necessidade de avaliar constantemente como as escolas têm respondido ao principal objetivo da inclusão, que é o de garantir aos alunos PAEE acesso e permanência na escola com aprendizagem. Para isto, o diálogo entre os profissionais da escola e os gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas deve ser constante para que se possam encontrar os melhores caminhos para a materialização dessa política inclusiva em práticas, metodologias e estratégias pedagógicas.

O item 8 refere-se à análise crítica realizada pelos pesquisadores, frente ao exposto nas propostas do PPP de cada escola. A síntese desta análise encontra-se no Quadro 7.

Quadro 7– Síntese da análise crítica dos PPP

ESCOLA	PERCEPÇÃO CRÍTICA DO PESQUISADOR
1	Não aborda, de modo prático, a implementação dos aspectos filosóficos citados em relação à gestão democrática e à educação inclusiva. Não foram mencionados aspectos relacionados aos alunos PAEE e suas famílias, também não foi possível saber se há o Atendimento Pedagógico Especializado (APE). O PPP foca nos alunos da zona rural que frequentam a escola e parecem demandar um tipo de

	funcionamento que contemple suas necessidades. A escola também possui diversos alunos indígenas e demonstra preocupação em atender a este público, por meio de ações pontuais relacionadas ao currículo escolar.
2	Traz aspectos como características físicas da escola, estrutura organizacional e gestão, bem como concepção de educação e práticas pedagógicas, voltadas para o currículo, metodologia e avaliação. Há intencionalidade de uma gestão democrática, que busca articular a comunidade escolar, a família e os próprios estudantes, porém, este item é mencionado de forma breve e objetiva. Quanto à criação de um ambiente inclusivo, não aparece, de forma explícita, a intencionalidade da escola em propor, no currículo, na metodologia e na avaliação, estratégias e ações pedagógicas capazes de atender às especificidades do PAEE. As ações se apresentam com um caráter inclusivo geral, apresentando apenas um item direcionado à inclusão, no qual levanta a importância e necessidade de um profissional especializado e “apoio na sala de aula” para o atendimento de estudantes PAEE. Nos objetivos e metas, há uma preocupação em promover uma educação inovadora, através de práticas pedagógicas que permitam formar cidadãos que respeitem a diversidade, no entanto, isso faz referência ao contexto geral da escola. Por fim, o PPP destaca a importância da avaliação e diagnóstico da escola como norteador para os professores, no sentido de programar ações que atendam à diversidade de necessidades pedagógicas de sua turma, independente da presença ou não do PAEE.
3	Traz aspectos como características físicas da escola e contexto sócio-histórico. Apresenta intencionalidade de uma gestão democrática, caminhando para a criação de Grêmios Estudantis, bem como incentivo à participação de funcionários e pais nos processos decisórios. Busca promover a criação de um ambiente inclusivo, ao tratar do conceito de inclusão, escola inclusiva e a importância das adaptações curriculares. No entanto, não traz descrições das ações inclusivas já realizadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com Padilha,

[...] ao desconsiderar sua clientela a escola amplia seu discurso formal, distancia-se da dimensão política do projeto e configura-se numa superficialização de conceitos como gestão democrática, participação coletiva e princípios de cidadania. (PADILHA, 2009, p. 120).

Um caminho já foi trilhado na garantia do acesso aos alunos PAEE na rede regular de ensino, porém sua permanência ainda não está assegurada devido à falta de ações que visem à apropriação do conhecimento. Além disso, a inserção do professor especializado na escola não garante o êxito neste processo inclusivo, pois não possibilita diálogo com todos os atores escolares (PADILHA, 2009)

Ao analisar os PPP das escolas é possível notar que as orientações contidas na legislação brasileira vigente ainda não estão refletidas neles. Santos (2013, p.79) afirma que “o vasto arcabouço legislativo em vigor contrasta com o cotidiano escolar marcado por um contexto adverso que dificulta e em alguns casos impossibilita o acesso e permanência desses educandos”.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se à necessidade de atualização do PPP da Escola 3, que precisa considerar que os alunos com TGD e AH/SD fazem parte do público-alvo da educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a análise desta pesquisa e retomando seus objetivos iniciais de analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas contempla o atendimento educacional dos alunos público-alvo da educação especial, em uma perspectiva inclusiva, de acordo com o estabelecido na legislação vigente, observa-se que eles foram cumpridos.

A análise dos PPP demonstra que estes documentos ainda não contemplam, de modo integral, o AEE para os alunos PAEE, sendo que os aspectos mencionados não refletem aquilo que é preconizado pela legislação vigente, em termos de acesso, permanência e aprendizagem.

Vale ressaltar que o PPP precisa contemplar as políticas inclusivas vigentes de modo a permear todos os espaços educativos. Apesar de as escolas ainda não contemplarem, na íntegra, todas as proposições legais atuais, é preciso considerar que este é um processo histórico e que, gradativamente, o contexto escolar e social irá solicitar ações inclusivas não só em seus registros, mas também nas ações específicas.

Nesse sentido, a escola pode propor ações que facilitem o trabalho dos professores e o processo de inclusão dos alunos PAEE por meio de ações estabelecidas por uma gestão democrática (DRAGO, 2011).

Esta reflexão conduz a uma análise do quanto ainda é necessário investir em políticas públicas descentralizadas que atendam às necessidades formativas de professores e equipes gestoras, respeitando suas especificidades e regionalidades, de modo que as normativas existentes passem a integrar a rotina escolar. Espera-se que as modificações e adequações que buscam atender de modo inclusivo todos os alunos que necessitam de suporte do AEE estejam tanto contemplados nos PPP quanto façam parte das práticas educativas presentes no cotidiano das escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares**. Estratégias para adaptações de alunos com necessidades especiais, Brasília – 1999 (MEC).

BRASIL, Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2008.

BRASIL. **Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial.

CONDE, Patrícia Santos; VICTOR, Sonia Lopes. A inclusão da criança público-alvo da educação especial na educação infantil e os serviços de apoio: aspectos sobre as práticas pedagógicas para promover a sua aprendizagem e garantir a sua infância. **VIII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial**, Londrina, 2013. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-047.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

DRAGO, Rogério. **Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar: um diálogo possível**. 2011. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0459.pdf> Acesso em: 10 mai. 2017.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. 2014.

NASCIMENTO, Suzete Viana. Políticas públicas para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. **Educere. XII Congresso Nacional de Educação**, Paraná, 2015. Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17827_7668.pdf Acesso em: 10 ago. 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva**. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/Redefor UU/EaD/UNESP, 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead_reei1_d03_texto01.pdf Acesso em: 18 abr. 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. **Roteiro de Análise de Projeto Político Pedagógico**. São Paulo, Redefor. Acesso restrito. São Paulo, 2016.

PADILHA, Adriana Cunha. **Projeto Político-Pedagógico e educação especial: ações, contradições e desafios à inclusão educacional na rede municipal de Campinas/SP**. Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

PRIETO, Rosângela Gavioli; PAGNEZ, Karina Soledad Maldonado Molina; GONZALEZ; Roseli Kubo. Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 725-743, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 13 ago. 2017.

SANTOS, Robenilson Nascimento dos. Os desafios da escola frente à proposta de educação inclusiva: o papel do Projeto Político Pedagógico. **Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Caderno Temático VI: Educação Especial e Inclusão n. 8, p. 71-81, Ano IV, jun./2013.

SÃO PAULO. **Resolução SE 61, de 11 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

SOUZA, Flavia Danieli de. **Análise do Projeto Político Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Processo de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2002 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. p. 11- 36.

ZANATA, Eliana Marques. **Adaptação do Roteiro de Análise de Projeto Político Pedagógico** elaborado por OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Bauru, SP, 2017. Não publicado.